



Ao longo da nossa história, uma importante medida das populações, acompanhando o crescimento social e tecnológico das sociedades, tem sido a implementação de normas de complexidade acrescida, e, a crescente necessidade para controlar e sancionar o comportamento individual.

# Estratégias ambientais para a prevenção

Apenas recentemente as políticas sociais da Europa evidenciaram a ligação existente entre ambiente, comportamentos de saúde e desigualdade ambiental, enquanto nos Estados Unidos esta orientação existe há cerca de 20 anos.

Há evidência que o contexto ambiental pode aumentar o uso de drogas e comportamentos de risco, o que revela a importância de se definirem estratégias preventivas ambientais para os contextos onde as pessoas vivem.

Ao longo da nossa história, uma importante medida das populações, acompanhando o crescimento social e tecnológico das sociedades, tem sido a implementação de normas de complexidade acrescida, e, a crescente necessidade para controlar e sancionar o comportamento individual.

As estratégias ambientais, não obstante se direcionarem mais para as drogas legais ou comportamentos antissociais, são eficazes e importantes para o todo da prevenção.

Orientam-se para modificar os ambientes económicos, sociais, físicos e culturais, nos quais as pessoas efetuam as suas escolhas acerca do uso de droga, e compreendem abordagens que operam ao nível das normas sociais, de pares, e culturais acerca do álcool, tabaco e drogas ilícitas.

Esta perspetiva considera o facto de os indivíduos não se envolverem com as drogas meramente com base nas suas características pessoais ou funcionamento cognitivo, mas também pela influência de uma complexidade de fatores ambientais, tais como o que é considerado normal, esperado ou aceite, as regras, as taxas/impostos, a publicidade às quais estão expostos e a disponibilidade de droga.

Estas abordagens focalizam-se essencialmente em normas e regras, direcionando-se na sua essência para a população em geral, em vez de procurarem persuadir as pessoas individualmente para mudarem o seu comportamento.

Pode ser considerada um quarto pilar das estratégias de prevenção, complementando os outros três pilares, que se focam nas pessoas: indicada (indivíduos vulneráveis), se-



letiva (grupos vulneráveis) e universal (toda a população).

Estas medidas têm vindo a adquirir uma crescente relevância na Europa, existindo um maior número de ações de prevenção ambiental no Norte da Europa, e mais raras no Sul, o que contrasta com a abundância de estabelecimentos recreativos noturnos, um dos contextos de eleição para estas abordagens.

Incidem em três áreas, incluindo modificações físicas, económicas e legislativas, sob a forma de políticas de controlo de álcool e tabaco, estratégias para melhorar o clima escolar, e, políticas locais para contextos recreativos. As proibições de consumo total de tabaco, as taxas adicionais para o álcool e tabaco, o marketing, a regulamentação de publicidade e limites de idade para a venda de álcool e tabaco aos jovens são exemplos destas estratégias.

Diversos estudos evidenciam o

benefício da prevenção ambiental, sendo relevante o seu uso mais alargado, em complemento e suporte às estratégias clássicas de prevenção, integrada na prevenção na comunidade ao nível local, na prevenção em meio escolar e na prevenção em meio familiar.

Ao nível comunitário existe um leque alargado de possibilidades de intervenção, como por exemplo, o licenciamento de eventos, a restrição do horário para o comércio, a criação de grupos de trabalho municipais, e, parceiros de prevenção ligados à indústria do lazer e policiamento pró-ativo. O desenvolvimento de planos municipais é um dos primeiros passos a dar nesta direção.

Um dos contextos onde estas estratégias estão largamente implementadas e validadas como boas práticas reporta-se ao contexto recreativo noturno: bares, clubes e discotecas. A definição de horas específicas de abertura dos esta-

belecimentos (também especificamente para jovens menores), transportes públicos para os locais, preços de bebidas sem álcool e regras acerca da violência e consumo em espaços abertos / públicos são e podem ser regulamentados ao nível local.

Nas escolas podem existir sob a forma de políticas escolares, normas sobre o uso de drogas e diretrizes para lidar com o uso ou venda / tráfico das mesmas no recinto escolar. Como complemento aos aspetos restritivos, emergem cada vez mais políticas escolares que visam fornecer proteção e promover climas escolares positivos.

O clima e a natureza dos ambientes escolares influenciam o uso de drogas e a violência nas escolas, pelo que, medidas que incrementem a participação dos alunos, melhorem as relações e promovam uma ética escolar positiva são de eleger porque podem reduzir o consumo de drogas.

Foram igualmente identificados fatores relevantes para as famílias, como o controlo familiar para os rituais de iniciação ao uso de álcool e a restrição de dinheiro de bolso, como possíveis estratégias ambientais eficazes, ao lado de fatores de proteção como as regras comuns e a monitorização das famílias (Bellis et al., 2007, citado por Buckart, 2011).

A força da prevenção ambiental reside no facto de poder abordar todas as substâncias psicoativas, e mais importante, poder alterar as percepções e as normas sociais associadas. □

#### Referências bibliográficas:

- Burckhardt, G. (2011). Environmental drug prevention in the EU. Adicciones, 2011.Vol. 23 Núm.2. págs.87-100  
Teresa Dias – Enfermeira  
Unidade Operacional de Intervenção em comportamentos aditivos e dependências Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM